



III SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE URBANIZAÇÃO DE FAVELAS - URBFAVELAS  
Salvador - BA - Brasil

---

## CASA PÚBLICA: METODOLOGIA PARA INTERVENÇÕES EM TERRITÓRIOS DE VULNERABILIDADE SOCIAL

**Breno Pires Pilot** (PUC-CAMPINAS) - breno.pipilot@gmail.com

*Estudante de Arquitetura e Urbanismo na PUC-CAMPINAS (2014-2018). Bolsista no Programa de Educação Tutorial PET-Arquitetura e Urbanismo PUC-CAMPINAS (2014-2018).*

**Felipe dos Santos** (PUC-CAMPINAS) - felipeesantos505@gmail.com

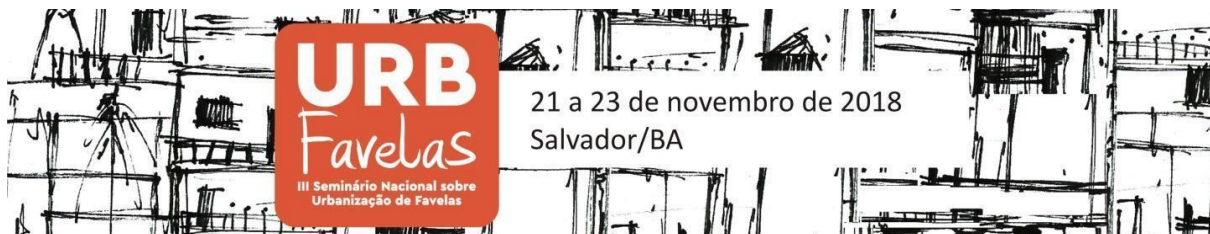
*Estudante de Arquitetura e Urbanismo na PUC-CAMPINAS (2014-2018). Bolsista de Iniciação Científica FAPIC/PUC-CAMPINAS (2015-2016), CNPq (2016-2017) e FAPIC/PUC-CAMPINAS (2017-2018).*

**José Camilo Carlos Júnior** (PUC-CAMPINAS) - jccjuniorr@gmail.com

*Estudante de Arquitetura e Urbanismo na PUC-CAMPINAS (2014-2018). Bolsista no Programa de Educação Tutorial PET-Arquitetura e Urbanismo PUC-CAMPINAS (2014-2018). Membro do Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo (EMAU) Habitar (2014-2018).*

**Rodrigo de Azevedo** (PUC-CAMPINAS) - azv.rodrigo@gmail.com

*Estudante de Arquitetura e Urbanismo na PUC-CAMPINAS (2014-2018). Bolsista de Iniciação Científica FAPIC/PUC-CAMPINAS (2015-2016), FAPIC/PUC-CAMPINAS (2016-2017). Membro do Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo (EMAU) Habitar (2014-2018).*

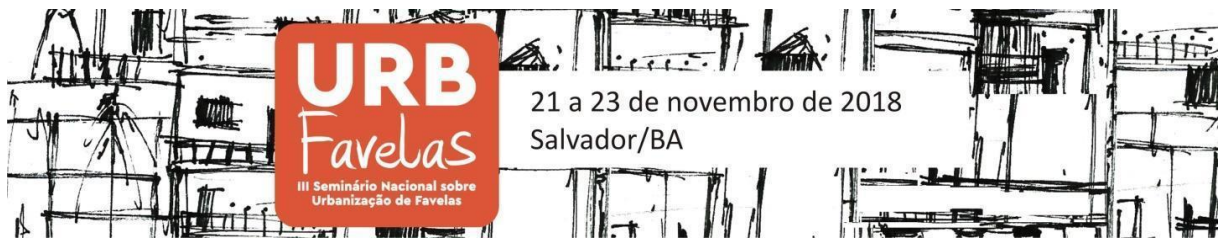


## **CASA PÚBLICA: METODOLOGIA PARA INTERVENÇÕES EM TERRITÓRIOS DE VULNERABILIDADE SOCIAL**

**RESUMO:** O presente artigo trata de hipóteses projetuais em territórios fragilizados pelo marcante projeto de ausência do Estado. Uma metodologia formulada e aplicada a partir de leituras espaciais em devidos recortes de aproximação, no formato de mapeamentos temáticos, estudos de possibilidades de desenhos alternativos, não só em práticas sociais, mas enquanto posicionamentos de resistência, para novas relações entre as pessoas e o espaço construído e natural. Além de uma inicial explanação das intenções, assim como a breve contextualização histórica e territorial, o artigo passa por embasamentos teóricos e proposições espaciais nas escalas metropolitana e regional, assim como em recortes do bairro baseados em elementos significativos, como proposta final um quadro de seis quarteirões em volta de uma travessa e um corpo d'água. Apesar de apresentar ilustrações específicas de projeto, o resultado final não é meramente um estudo de caso, e sim o processo em si, que enxerga o território enquanto sujeito, pretendendo alcançar novos meios de predicar a cidade, a partir da proposição de espaços como ferramentas de discussão, produção e atuação, não só da arquitetura e do urbanismo, mas de cidadania.

**Palavras-chave:** Infraestrutura. Casa Pública. Resistência

ST – 01: Projeto, Processo e Superação de Limitações



## 1 INTRODUÇÃO

Na forma de Trabalho Final de Graduação<sup>1</sup> (2018) desenvolvido na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da PUC de Campinas, sob orientação de dois docentes da mesma universidade, o presente trabalho tem como tratativa pensar a dimensão do projeto - urbano e de arquitetura - a partir de seu entendimento como instrumento de vislumbre da constituição de cidadania. Isto, a partir da emancipação popular dos moradores do bairro Vila Bela, Zona Leste extrema do município de São Paulo, e para a formação profissional dos estudantes, onde, primeiramente se elabora o Projeto Urbano em escalas sucessivas - metropolitana, regional e em recorte exemplar na configuração de desenho urbano pormenorizado - e, em fase seguinte, no desenvolvimento de projetos individuais de arquitetura comprometidos com o território do projeto urbano proposto.

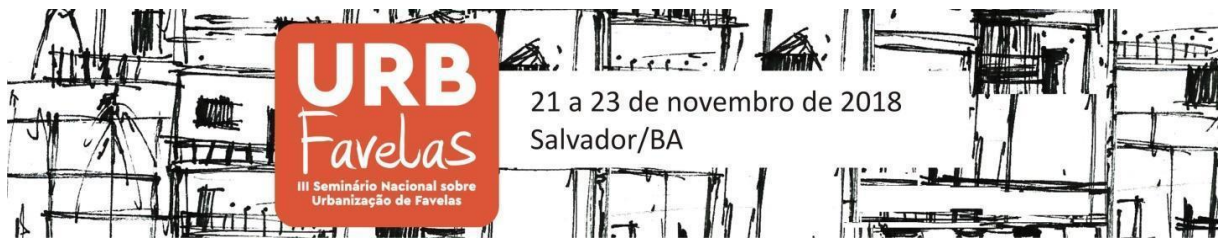
O trabalho coloca o campo da arquitetura como prática capaz de constituir subsídios às necessidades da comunidade, como resistência perante a falta de direitos mínimos de qualidade urbana, como ferramenta colaborativa no sentido de barrar a barbárie da desigualdade socioespacial, na busca por um lugar de construção coletiva, enxergando o projeto como estratégia de luta, que tem como agentes participativos os moradores locais.

Esta lógica se estrutura pela compreensão do ensino associado à pesquisa permanente e como ponte inexorável de atividades de extensão voluntária com ações reais no local, cujo compromisso se baseia no campo de estudo e do projeto, considerando o território como sujeito e não objeto. Acredita-se que a discussão primeira da arquitetura - a construção do abrigo - deve estar em prol da função social da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, como representação da Universidade, como centro motor da sua razão de existir. Para tanto, estabelecem-se laços de colaboração a partir do contato e interface constante com lideranças comunitárias locais. No caso em questão, esse contato se iniciou na figura pública do geólogo Adriano Diogo, importante líder político - cujo trabalho de vida ganhou forma em atuações constantes nas franjas frágeis da Zona Leste -, e da líder comunitária Edilene Silva, ponto e chave central das melhorias conquistadas no bairro.

O trabalho busca reflexão crítica e propositiva de elaboração de conteúdos de pesquisa projetual, via articulação de parceria academia-comunidade-poder público como espaço de

---

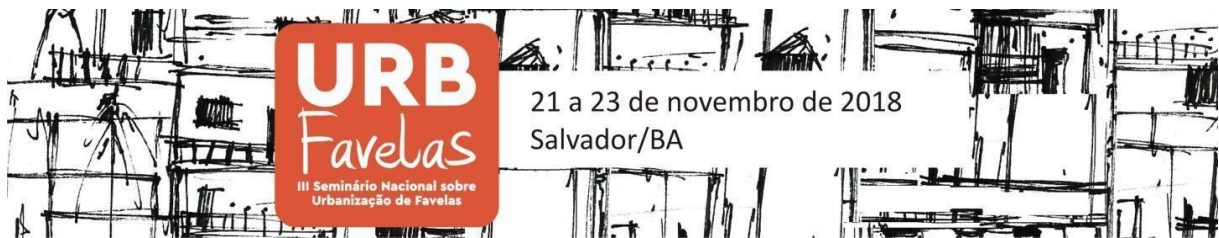
<sup>1</sup> O TFG 2018 se realiza mediante orientação a doze alunos, sendo todos, junto aos orientadores, co-autores do trabalho.



reflexão e suporte ao desenvolvimento do projeto em área indiretamente impactada por infraestrutura de escala metropolitana - no caso, o Rodoanel -, cuja configuração se dá em bordas finais do tecido urbanizado, em contiguidade com o início de áreas rurais, mesmo que esparsas, e de proteção ambiental. Procura-se, desta forma, ir de encontro à superação da simulação do exercício para o aprendizado de arquitetura como maneira de circunscrever uma realidade factível para o projeto acadêmico. É um projeto real, não apenas por ser possível, mas porque, como produção do conhecimento para a sociedade, baliza o embate social visando a ação efetiva no entendimento do projeto como ferramenta de discussão, produção e atuação do cidadão.

Depois do urbanismo moderno pioneiro e de intervenções do pós-modernismo, um conjunto de discussões sobre novas formas de urbanidade têm emergido, mesmo que provavelmente haja apenas um único denominador comum compartilhado por elas: a cidade. Objeto de pensamento e sítio de intervenções, agora é colocada como uma tentativa de se revelar, compreender e transformar os vários estados de realidade que as limitações políticas e econômicas, estilísticas e tecnológicas foram incapazes de, se não propor, resolver. Se tais discussões gerarão melhores padrões de organização urbana, é ainda uma discussão em curso, mas cabe alertar que há a necessidade, ao menos, de se procurar novas possibilidades para a resolução do predicamento das cidades. A questão estruturadora se apresenta na construção do significado como busca de um horizonte de transformação para todos, olhando para cada um. Podemos dizer que os pressupostos modernos como *causa e não estilo* (KOPP, 1990) se mantêm, embora irrealizados.

A escolha de um território frágil, bruto e apartado de infraestrutura e de direitos mínimos de qualidade urbana propiciou enfoques, representações e registros, na busca de novos paradigmas não só de práticas sociais, mas de memórias coletivas, no apontamento para posicionamentos de resistência capazes de costurar, também, novas relações com o espaço construído e natural. Entre o bom senso, o senso comum e o consenso reconhecido pela história, os estudos a seguir buscam refletir sobre a problemática da origem do homem e sua relação intrínseca de sociabilidade na luta incansável da constituição por uma cidadania.



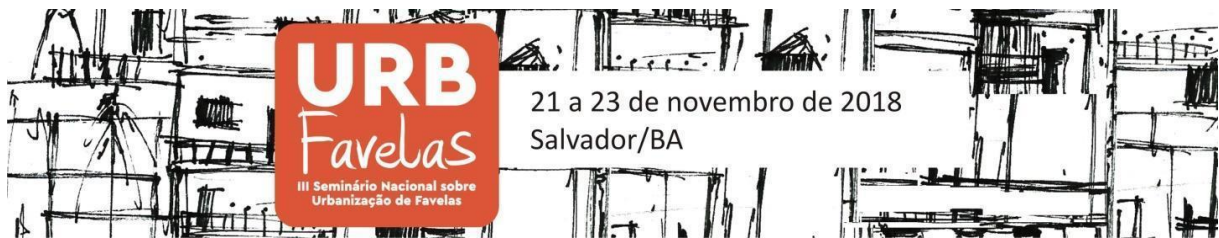
## 2 CONTEXTUALIZAÇÃO

Os mecanismos históricos, sociais, econômicos e espaciais de urbanização de grandes metrópoles, imersos em um sistema de desenvolvimento desigual, geram territórios com diagnósticos, em grande medida, semelhantes. A violência urbana tem sido elemento, pelo avesso, de articulação da própria configuração da cidade. É a norma, enquanto regra que delimita e norteia a lógica do desenho urbano regido pelo capital. É sabido que, mesmo dentre uma lógica única, os lugares também são únicos, sendo assim possível cogitar a formulação de uma metodologia de leitura destes territórios e de estudos para uma busca consequente de intervenção em seus espaços, a partir do entendimento de sua lógica geral e suas existentes particularidades.

O trabalho tem como estudo de caso o território conhecido como Vila Bela, assentamento informal em propriedade única privada, situado próximo ao encontro das avenidas Sapopemba - estruturadora da urbanização de bairros próximos ao limite sudeste do município de São Paulo - e Jacu-Pêssego - conectora de importantes regiões da porção periférica leste da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) -, na divisa dos distritos de São Rafael e Iguatemi, Zona Leste 2.

A Zona Leste de São Paulo começa a tomar grandes proporções no início do século XX, inicialmente nos bairros fabris contíguos ao rio Tamandateí e, mais intensamente a partir da implantação de um cinturão de indústrias ao longo da antiga ferrovia Central do Brasil, que liga São Paulo ao Rio de Janeiro, cinturão este que definiu a barreira entre a classe trabalhadora, instalada nas periferias, e os moradores do centro, a elite dominante. A construção da via Radial Leste, assim como a implantação da linha Leste do metrô, ambas na segunda metade do século passado, foram movimentos que ilustram o pensamento do urbanismo que se praticou no Brasil, cujos resultados perduram até hoje, priorizando a estratificação social.

Esse processo histórico de destinação socioeconômica dos territórios da cidade teve, como já vimos, a participação decisiva do poder público, que, de um lado, concentrou investimentos no centro expandido protegendo, através de um complexo regulatório urbanístico, o patrimônio imobiliário da população de maior renda que vive nesse território e, de outro, priorizou investimentos na periferia, basicamente em sistema viário e de transportes, que servem para mover a população trabalhadora da "cidade-dormitório" para os espaços de trabalho. (ROLNIK, FRÚGOLI JR., 2001, p.45)

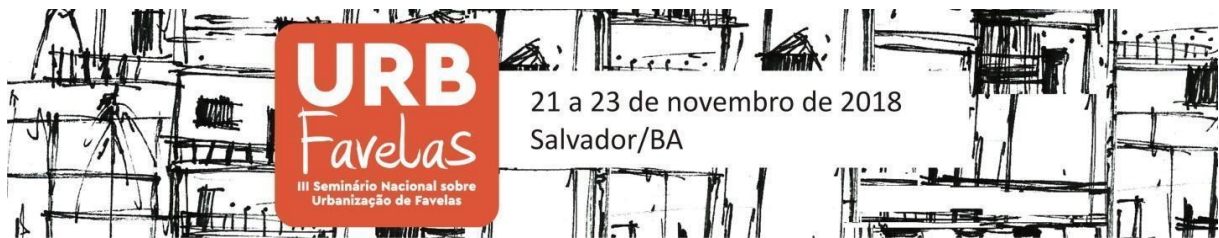


A urbanização se tornou tão violenta e tão pouco eficaz do ponto de vista da igualdade de investimentos para a qualidade de vida, equipamentos e infraestrutura e pressão do valor da terra urbana, que a classe trabalhadora, notavelmente crescente, se instala nos municípios vizinhos periféricos, constituindo a Região Metropolitana de São Paulo, baseada no binômio periferia fabril - centro. Com o adensamento nas bordas da RMSP, a exclusão territorial se consolidou cada vez mais, gerando lugares que reproduzem, por si próprios, a desigualdade como resultado de processos perversos e a incapacidade da cidade em contemplar, de modo equitativo dentro de suas potencialidades, todos os seus habitantes.

A Vila Bela é formada por área de aproximadamente 80ha, rasgada por dois corpos d'água marcantes - os Córregos Caguaçu e dos Machados -, cuja geomorfologia se baseia em duas zonas de vale e uma cumeada central, com diferenças de altura que alcançam 40 metros e geram índices acentuados de declividade, de até 35%. O córrego Caguaçu é afluente do Rio Aricanduva, cuja bacia é uma das mais significativas de São Paulo, abrangendo zonas periféricas da cidade, altas densidades e descaso com os bens naturais. O rio nasce já praticamente poluído no Pico do Cruzeiro, o segundo ponto mais alto da cidade de São Paulo, e deságua no Rio Tietê, um dos mais importantes do Estado.

O bairro surge, então, como uma ocupação, em meados da década de 1990. Os primeiros moradores se instalaram em chácaras em grandes glebas - comparadas aos lotes que se observam atualmente nas periferias da grande São Paulo -, longe de qualquer conceito de urbanização relacionado à metrópole urbana, com produção agropecuária de baixa escala e uma vida relativamente bucólica e afastada da cidade formalmente constituída. Entretanto, a propriedade da terra era, e é até hoje, de um magnata de família tradicional paulistana, o que resultaria em grandes conflitos entre o direito de propriedade e o direito de posse da população, em uma relação ambígua entre favorecimento e descaso.

De forma acelerada, é possível compreender que a pressão por moradia na cidade se tornou urgente, e mais pessoas começaram a ocupar o grande terreno. Aos poucos, uma configuração mais propriamente urbana podia ser observada, uma vez que, além dos novos, os antigos moradores começaram a migrar sua vida econômica de pequena produção rural para uma produção urbana, prioritariamente manufatureira e de serviços. A oferta de trabalho longe da moradia nos grandes centros acarretou também nesta nova configuração espacial, e na sua conseqüente luta por infraestruturas e equipamentos mínimos, que deveriam ser de

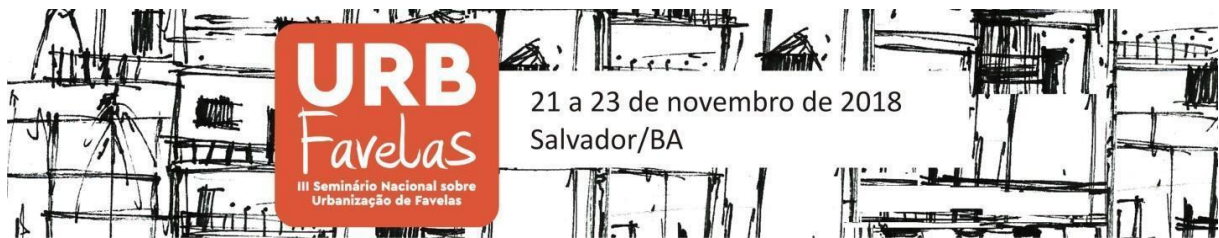


responsabilidade do Estado. Este, porém, não poderia atuar ali, uma vez que se tratava de ocupações irregulares em propriedade privada. Todas as conquistas - suprimento de água potável, energia, iluminação pública, pouquíssimas ruas asfaltadas - foram fruto de organização e articulação, de luta e resistência dos moradores, que construíram suas casas com as próprias mãos sem ao menos ter a posse da terra, mas com o desejo de fazer daquele lugar um lar. Nos últimos anos, encaram um longo e cansativo processo de regularização das terras, que conta com o envolvimento de entidades públicas e privadas, porém, que ainda os afastam da certeza de que o que está sendo feito é para o interesse comum.

O diagnóstico de contextualização urbana da Vila Bela é, então, de desconexão, fator que assola cerca de 16 mil pessoas residentes atualmente no bairro. Inseridos em uma região que, dentro do que foi possível conquistar pela classe trabalhadora, aparentemente se encontra cada vez mais bem servida de mobilidade - próximo a grandes vias estruturadoras, além do Terminal de Ônibus e, futuramente, o Monotrilho de São Mateus -, o território se instala de forma apartada a esses sistemas, prejudicado pela violência das tentativas impulsivas e pífias de resolver o problema de grandes massas.

A avenida Jacu-Pêssego, por exemplo, inaugurada em 1996 na gestão de Paulo Maluf, funcionou como a principal ligação do Aeroporto de Guarulhos com o Porto de Santos, até a construção do trecho leste do Rodoanel Mário Covas, em 2014. Algo que foi vendido como positivo para o desenvolvimento não só da cidade de São Paulo, mas também de toda a região metropolitana, acabou cortando ao meio distritos como São Miguel Paulista, Itaquera, São Rafael e Iguatemi, entre outros, como forte barreira de desarticulação local. Junto a eles, importantíssimos bens naturais, resquícios de Mata Atlântica e unidades de conservação reconhecidas pelo Estado, como o Parque do Carmo e o Parque Jardim da Conquista. É clara a importância que se deu aos interesses da classe dominante na metrópole a partir do modelo rodoviário e produtivo industrial desumano, assim como o caráter instrumental do tratamento de interesses das pessoas que foram removidas dali para tal.

A avenida Sapopemba é outro exemplo deste mecanismo. Uma via estruturadora da Zona Leste de São Paulo e uma das mais extensas do município, margeia a Vila Bela e também não tem relações diretas com seus moradores. Além disso, a adutora que passa pelo



bairro -abastecendo de água parte da zona leste pelo Sistema Rio Claro<sup>2</sup>- é outra marca do sistema de grandes infraestruturas realizadas para que a vida numa metrópole de mais de 20 milhões de habitantes não se torne impossível, mas que não se atenta verdadeiramente à vida de todos.

As consequências desse isolamento são diariamente sentidas pelos moradores que, ainda hoje, passam cerca de 4 horas no transporte público para chegar onde a cidade lhes oferece trabalho.

### **3 EIXO FERROVIÁRIO JACU-PÊSSEGO**

Tal cenário nos leva ao primeiro imperativo de projeto: conexão. A Vila Bela é um lugar que está, mas que não pertence. O ato inicial é fazê-la existir. O objeto de desenho estruturador é a avenida Jacu-Pêssego, que recebe a proposta de um novo eixo ferroviário, aproveitando o leito existente para potencializar o transporte em massa de pessoas e de cargas na Zona Leste de São Paulo, em contraposição ao modelo rodoviarista praticado.

Este novo eixo conecta, ao norte, a Marginal Tietê e a Rodovia Ayrton Senna, articula-se ao projeto de Hidroanel da Metrópole Fluvial<sup>3</sup> e, ao sul, o Rodoanel Mário Covas, associando-se à proposta de ferroanel metropolitano, paralelo ao Rodoanel existente. No percurso, liga pontos de grande importância para a Zona Leste, como o distrito de São Miguel Paulista - a linha 12-Safira da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM) e o pólo petroquímico de São Miguel Paulista -, Itaquera - a linha 3-Vermelha do Metrô e a linha 11-Coral (CPTM) -, o Parque do Carmo e o Instituto das Cidades<sup>4</sup> - linha 15 Prata do Monotrilho (Metrô) -, a avenida Sapopemba, onde se propõe uma linha do Veículos Leve sobre Trilhos (VLT) Sapopemba (proposta a ser explicada posteriormente), bem como o município de Mauá

---

<sup>2</sup> O Sistema Rio Claro de abastecimento de água atende cerca de 1,1 milhão de pessoas, em parte da zona leste de São Paulo, e parte dos municípios de Santo André, Ribeirão Pires e Mauá.

<sup>3</sup> Metrópole Fluvial é um grupo de pesquisa que pertence ao Laboratório de Projeto do Departamento de Projeto da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP), e é constituído por alunos e professores, tendo como objetivo o estudo, fomento e difusão da cultura de projeto de arquitetura de infraestruturas de cidades fluviais, sob coordenação do arq. Alexandre Delijaicov.

<sup>4</sup> O Instituto das Cidades é uma iniciativa da UNIFESP, juntamente ao governo federal, de levar um campus universitário para as bordas da cidade de São Paulo. Faz parte de um projeto maior, chamado Anel Universitário, iniciado no governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com a intenção de dispersar e fortalecer o ensino superior em suas zonas mais deficitárias, no caso, da RMSP. O Instituto, localizado próximo ao Parque do Carmo e à avenida Jacu-Pêssego, reúne cursos de graduação que fomentam a participação da universidade no debate global sobre as cidades e os assentamentos humanos.

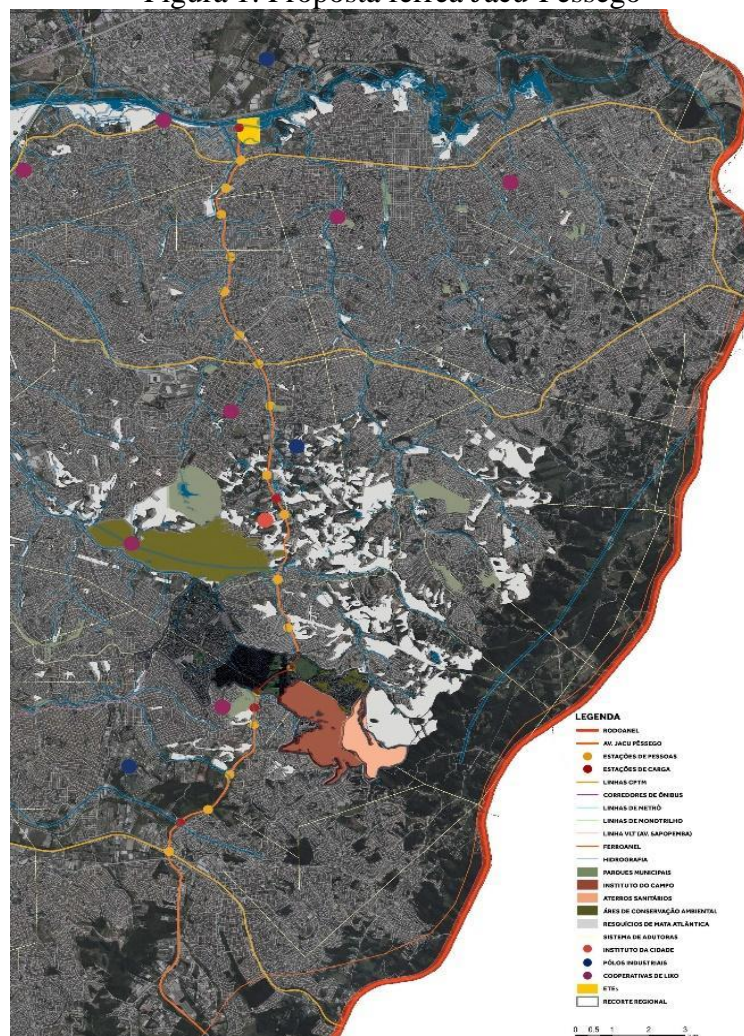




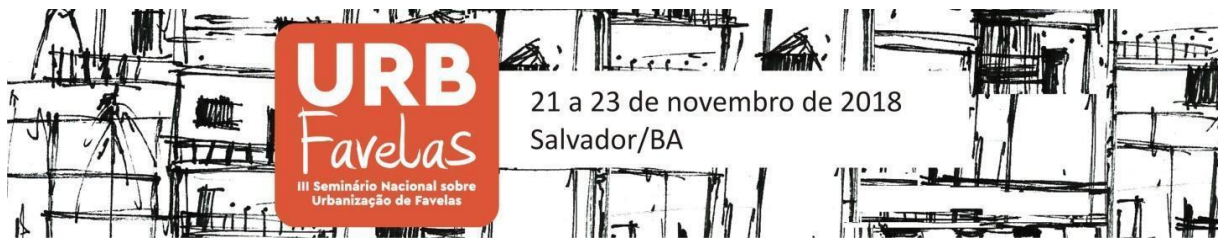
- linha 10-Turquesa (CPTM), o pólo industrial de Sertãozinho e o pólo petroquímico de Mauá -, até alcançar o Rodoanel, e posteriormente, indiretamente, o Porto de Santos e o mundo.

A proposta (Figura 1) vem com a intenção principal de conectar a Zona Leste da RMSP com o restante da metrópole, ativando uma gama considerável de novos trajetos para moradores e trabalhadores de fora do centro da cidade e tempos de deslocamento muito menores dos praticados atualmente. Pretende-se, além disso, alcançar um reconhecimento histórico e socioeconômico desta região, uma vez que as periferias dos grandes centros urbanos são os lugares que acolhem aqueles que são marginalizados pela sociedade, propositalmente invisibilizados pelo Estado, aqueles que fazem a máquina funcionar, porém não podem usufruir dos benefícios da mesma.

Figura 1: Proposta férrea Jacu-Pêssego



Fonte: TFG Vila Bela 2018



#### **4 ENTRE O URBANO E RURAL – INSTITUTO DO CAMPO**

O contexto histórico que envolve a formação da Vila Bela, assim como a condição socioespacial da comunidade, são fatores essenciais no entendimento das relações dessa região. Uma comunidade que, formada a partir de um conjunto de chácaras, passou por violentos processos de suburbanização, e hoje se situa exatamente em um cenário de franjas urbanas, próxima às poucas áreas rurais que ainda existem no município de São Paulo.

Neste retrato, surgem outras premissas do projeto: preservar as áreas rurais remanescentes e, conseqüentemente, controlar a expansão urbana, com o desejo de que tais áreas possam gerar oportunidades para a população que mora nas periferias da metrópole. Tais diretrizes são formas de reafirmar a importância da preservação de áreas agricultáveis, fazendo com que as pessoas que sobrevivem dessas terras também possam viver em condições dignas, e não ameaçadas por grandes obras do Estado. Nessa perspectiva, nasce o Instituto do Campo, uma instituição de cursos superiores e técnicos, com ensino voltado às questões rurais e ambientais, e um complemento às iniciativas do Instituto das Cidades.

Territorialmente, o Instituto das Cidades e o Instituto do Campo se ancoram, respectivamente, nas margens Oeste e Leste da avenida Jacu-Pêssego, fazendo dela praticamente uma linha de pressão entre o urbano e o rural. Além da localização simbólica, o Instituto do Campo se coloca como a primeira barreira física ao processo irracional de expansão da urbanização espraiada. Além das estruturas administrativas, o Instituto abriga, em aproximadamente 30ha, uma grande área de preservação ambiental e outra de produção agrícola, onde também se instalam as vilas estudantis e vilas agrícolas. Ambas estão envolvidas tanto na produção agrícola experimental e na subsistência do próprio Instituto, como na relação de trocas desses produtos. Aqui, a posse da terra é institucional, mesmo no caso das vilas agrícolas, cujos moradores podem ser responsáveis pelas próprias edificações, em terras do Instituto do Campo (Figura 2).

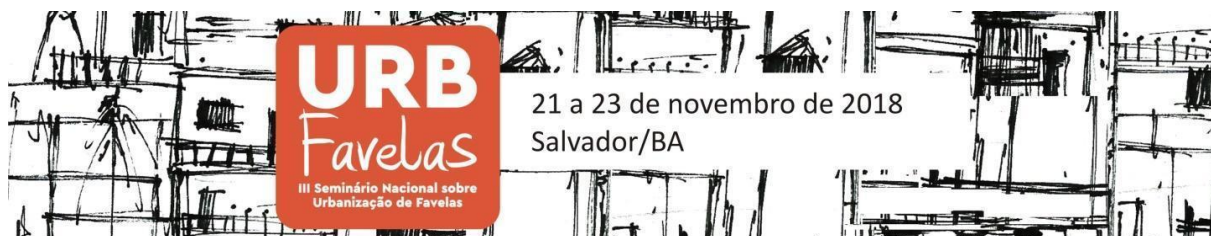
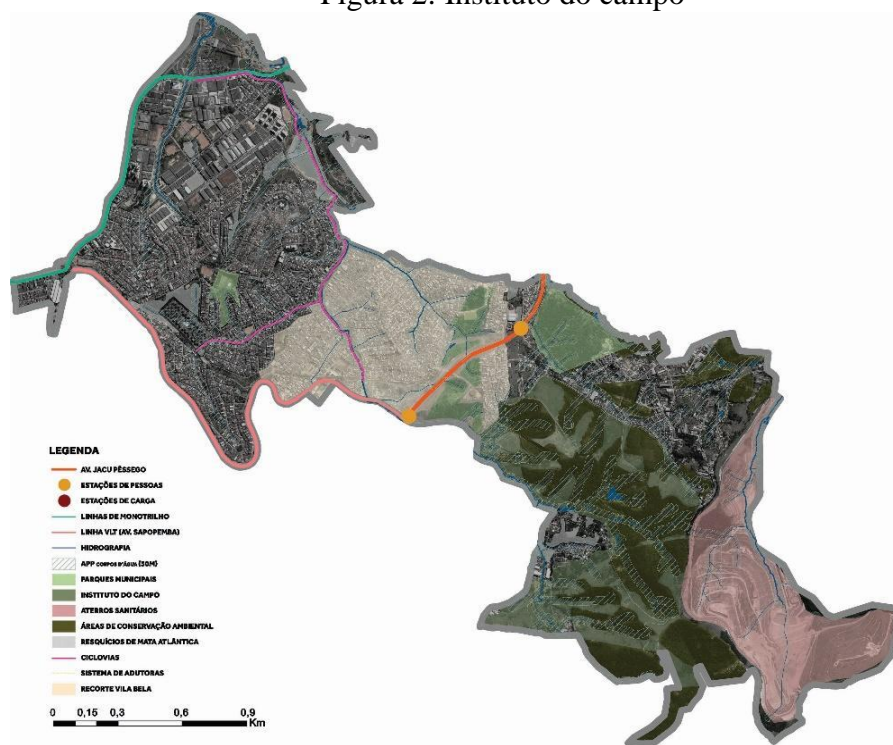


Figura 2: Instituto do campo

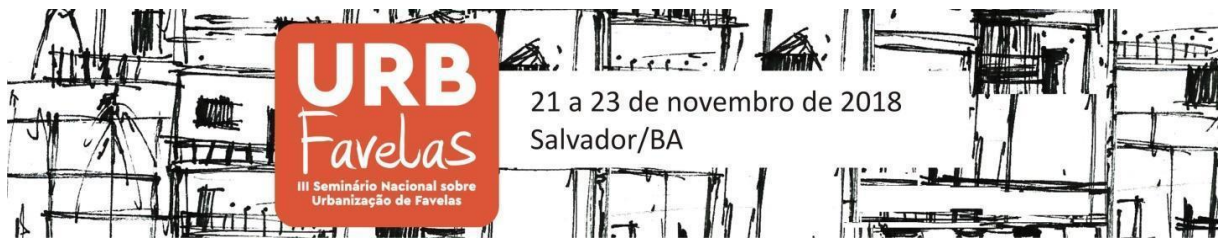


Fonte: TFG Vila Bela 2018

## 5 SISTEMA DE ESPAÇOS LIVRES E SISTEMA DE TRANSPORTE

Nos processos de consolidação espacial do Vila Bela, a necessidade por habitação foi tão presente que resultou em uma morfologia amplamente despreocupada com o território, com vias muito estreitas, ladeiras acidentadas, ocupação de Áreas de Proteção Permanente (APP), e praticamente sem espaços coletivos resultantes. Em contraposição a essa densa urbanização, há um conjunto generoso de espaços remanescentes das grandes infraestruturas próximas à comunidade - a faixa de domínio da adutora e o aterro desativado da Sapopemba -, ou ainda de espaços ambientais residuais, como as margens dos córregos e o Parque Jardim da Conquista. Considerando a escala de cada caso, a diretriz dada a esses espaços é a apropriação dos mesmos como espaços públicos coletivos associados às questões ambientais que os envolvem, conectando-os, também, às propostas de mobilidade em diversas escalas - de passeios públicos qualificados a eixos de transporte coletivo -.

O córrego Caguaçu e a adutora, internamente ao bairro, apresentam enorme vocação para receber espaços públicos qualificados, em um processo de ressignificação de elementos vistos como barreiras. Para tanto, neles são propostos passeios, espaços de permanência,



lugares para feiras e trocas comerciais, assim como micro-equipamentos esportivos e de lazer. Revelam, ainda, grande potencial para integrar o sistema de conexões proposto, recebendo ciclovias e caminhos associados ao fluxo. Neste sentido, conectam-se a outros sistemas maiores, como a proposta do VLT da Sapopemba, que articula a estação São Mateus da Linha -15 Prata (Monotrilho) até o Instituto do Campo, passando também pelo Centro de Educação Unificada (CEU) São Rafael e por uma das estações do eixo férreo Jacu-Pêssego.

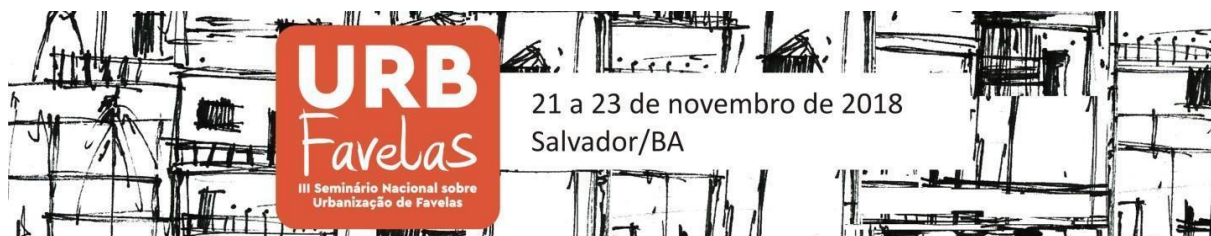
## 6 INSTRUMENTOS DE ANÁLISE E HIPÓTESES DE AÇÃO NA VILA BELA

As leituras territoriais e as hipóteses de diretrizes desenvolvidas neste trabalho pretendem tornar evidente uma metodologia alinhada ao humanismo concreto e concretizável e, ao mesmo tempo, fundamental, dos projetos urbanos e de arquitetura, idealizados para uma análise territorial sistêmica, na qual é necessário ver, simultaneamente, metrópole e lugar. A teoria social crítica do “*Território usado*”<sup>5</sup> (SANTOS, 1996), além de base teórica, é também, categoria de análise no auxílio dos levantamentos de informações da Vila Bela, mesmo que de forma incipiente. Isso se dá, por exemplo, na escolha de indicadores socioespaciais para a composição de cartografias temáticas, assim como na os próprios métodos cartográficos, não se limitando aos modelos tradicionais e euclidianos, mas explorando também alternativas que buscam se aprofundar nas relações entre sociedade e espaço construído e natural, e no reconhecimento das práticas sociais presentes e indissociáveis do território - que são, elas mesmas, o território -.

Destaca-se a importância e a intenção de mapear a ação: levantar as ações sociais (A.RIBEIRO, 2013), na possibilidade de análise do processo de apropriação do espaço urbano levantado pelo conhecimento corpo- a-corpo do tecido social, pela ação endógena (CAMARGO e SILVA NETO, 2015), e que, no caso estudado, corresponde ao levantamento das ações praticadas na Vila Bela vinculadas ao saber, como “*talentos*”. Sejam elas: saber tocar um instrumento, costurar roupas, consertar bicicletas, dançar, cozinhar, construir, pintar, desenhar, entre outras imaterialidades que carregam valores do lugar. Ações, essas, necessárias à vida cotidiana das pessoas e que, como proposição de projeto, têm a capacidade

---

<sup>5</sup> Segundo Milton Santos (SANTOS, 1996), o conceito de território usado trata de algo em processo, dinâmico, por isso o emprego do termo “usado”. O território por si só é estático, sem significância, enquanto categoria, para as ciências sociais. Já o território usado aborda o conteúdo social, as dinâmicas socioespaciais, que vão além das divisões administrativas dos municípios e se aproximam da leitura dos conflitos e das contradições entre o social e o mercado.

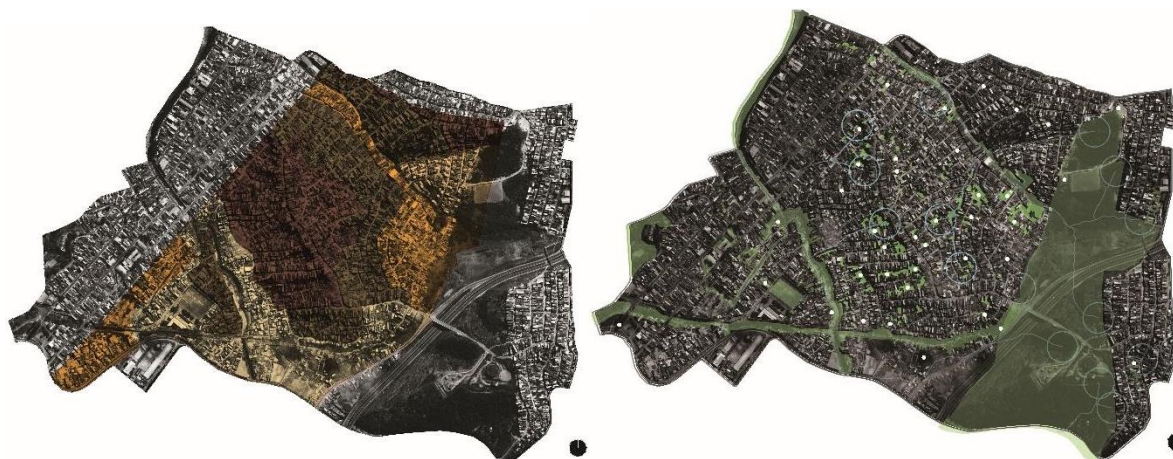


de tornar reconhecidos os “talentos”, bem como compartilhados como coletivos. Assim, podendo inclusive viabilizar trocas e a geração de economias solidárias, no sentido de ações de garantia da autonomia e do fortalecimento da identidade do lugar, reconhecendo o saber comum como um instrumento de resistência.

Os dados ilustrados nos mapeamentos dos indicadores socioespaciais (Figura 3), quando sobrepostos a outros levantamentos, permitem leituras analíticas mais consistentes, a exemplo da confirmação da alta densidade demográfica (200 hab./ha) e construtiva da Vila Bela, com a caracterização de espaços livres (Figura 4). Tais questões definem uma relação determinante para o planejamento, seja auxiliando na definição de diretrizes projetuais para o bairro, como colaborando para a proposição de equipamentos, adequação de infraestruturas e parâmetros ao desenho urbano.

Figura 3: Mapa da Densidade demográfica

Figura 4: Mapa de Espaços livres



Fonte: TFG Vila Bela 2018

No caso estudado, os espaços livres foram categorizados por suas dimensões, ações e atividades existentes, bem como os aspectos físicos, como a geomorfologia do terreno, sociais e espaciais, consolidando elementos de justificativa das ações projetuais no território. A exemplo dos aspectos sociais, ressalta-se a relevância do mapeamento das áreas de liderança local (Figura 5), favorável ao entendimento e reconhecimento de como o lugar é ordenado e gerido, além de auxiliar nos diálogos com a comunidade, reuniões participativas e desenvolvimento do projeto.

No âmbito espacial, a caracterização das tipologias de quadra existentes (Figura 6), como subcategoria de análise dos espaços livres, ilustra as diferentes formas de ocupação do



espaço e consequentes configurações de vazios que, quando categorizados, também servem como subsídio para as diretrizes do plano.

Figura 5: Mapa Área de influência de lideranças



Figura 6: Tipos morfológicos



Fonte: TFG Vila Bela 2018

Assim, a hipótese de redefinição de vazios residuais intra-quadras como espaços públicos de uso coletivo, da escala da vizinhança, reconhece e garante os vazios como espaços livres, públicos e que, ao serem qualificados, podem configurar microssistemas de infraestrutura - cisternas coletivas, tratamentos alternativos de esgoto, bebedouros públicos, banheiros, cozinhas e lavanderias também coletivas e outros -, consolidando-os como instrumento de garantia e legitimidade dos espaços públicos.

A carência de infraestrutura na Vila Bela (Figuras 7 e 8) denuncia o cenário característico de violência urbana, afirmado pela condição desfavorável e de desigualdade socioeconômica e espacial observada comumente nas cidades de escala metropolitana, onde essas disparidades são ostensivas. Aqui, a ausência da infraestrutura está presente nas condições mínimas de saneamento básico, até a carência de equipamentos de educação, saúde e de lazer. Faltam escolas e creches, espaços públicos qualificados, calçamento mínimo acessível para deslocamentos, coleta de lixo e até a água e esgoto tratados.



Figura 7: Rota e pontos de ônibus existentes

Figura 8: Coleta de lixo existente



Fonte: TFG Vila Bela 2018

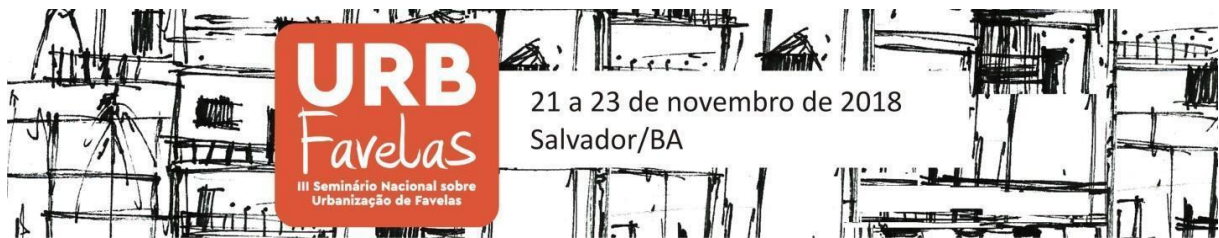
A leitura dos deslocamentos, considerando da escala do caminhar do indivíduo no espaço (Figura 9), assim como o uso do transporte coletivo como meio de deslocamento pela cidade, orienta diretrizes para sistemas integrados que, articulados aos espaços livres locais e às demandas sociais da Vila Bela, implicam em reajustes de rotas de ônibus e na proposição de linhas de micro-ônibus nas vias de fundo de vale, para conectar o território a si mesmo e à cidade, bem como de plataformas elevatórias nas vias mais íngremes. A mesma leitura orienta a proposição dos equipamentos de educação, saúde e lazer, que parte dos aspectos sociais, físicos e espaciais levantados para serem territorializados (Figura 10).

Figura 9: Propostas

Figura 10: Aspectos espaciais



Fonte: TFG Vila Bela 2018



Questão central na discussão do gerenciamento de resíduos, a coleta do lixo ocupa a mesma rota, alinhada às redefinições viárias do transporte coletivo, contando com veículos do tipo *tuc-tucs* para o recolhimento do lixo (orgânico, reciclável e rejeitos) na totalidade do bairro. Isto, inclusive nas ruas mais estreitas, onde não é possível o acesso com caminhões o que, até então, exige trabalho braçal por parte dos funcionários para deslocar as lixeiras até as ruas acessíveis. Quando não é possível o acesso devido a índices de declividade maiores que 18%, é proposta a implantação das plataformas elevatórias já citadas que, além de viabilizar a coleta de resíduos em casos extremos, transformam a dificuldade de caminhar num percurso agradável e acessível a todos.

## 7 O PROJETO COMO CASA PÚBLICA

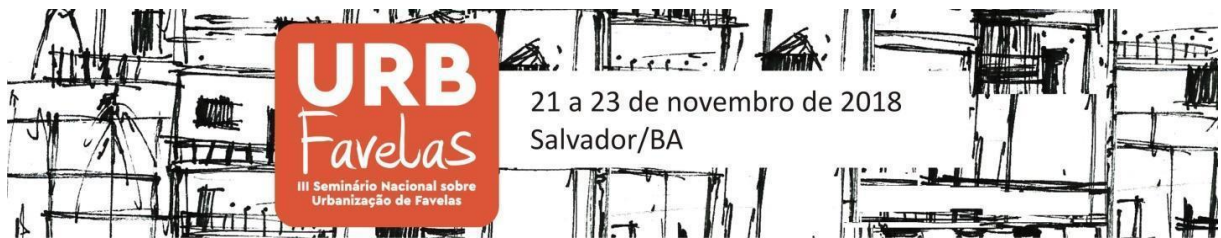
O espaço das favelas, em sua maioria, é configurado pela urgência de moradia, e é na subtração dessas casas que surge o que seria o espaço público. Contudo, as dinâmicas socioespaciais destes lugares fazem com que o limite entre o que é espaço público e privado se coloque de forma muito mais tênue, podendo ser subvertido a qualquer momento. A favela se apropria dos espaços disponíveis enquanto estes se fazem necessários, seja para moradia ou atividades do cotidiano (Figura 11).

Figura 11: Apropriação do espaço público para atividades domésticas



Fonte: TFG Vila Bela 2018





A categorização dos espaços, então, não se dá por uma única perspectiva. Os lugares constituídos nas favelas são consequência de uma sobreposição de camadas onde,

(...) atentar para as práticas espaciais atuais permitirá identificar possibilidades de planejamento e gestão do território, superando o dilema entre a visão saudosista das qualidades da cidade tradicional e uma posição liberal afirmativa das benesses da eficaz gestão privada dos espaços urbanos. (QUEIROGA, 2006, p.132)

As questões norteadoras do trabalho estão entre o social e o ambiental, ou seja, espaço público como capacidade de infraestrutura e de vivência coletiva, aproveitando as oportunidades não edificadas junto a córregos e vegetação remanescente, por exemplo. Desta forma, ele se coloca como uma plataforma para as necessidades, desejos e melhoria da qualidade urbana-ambiental. No recorte escolhido na metodologia para o Desenho Urbano, o saneamento é resolvido do modo convencional, integrado a formas alternativas de tratamento, através de jardins filtrantes, tanques de evapotranspiração (Figura 12) e fossas biodigestoras (Figura 13), enquanto a drenagem é trabalhada por meio de jardins de chuva. Tais alternativas garantem a autonomia e se apresentam, também, como formas de resistência atuantes na fragmentação de grandes infraestruturas, visto que estas são constantes problemáticas territoriais das cidades.

Figuras 12: Jardins filtrantes

Figuras 13: Fossa biodigestora



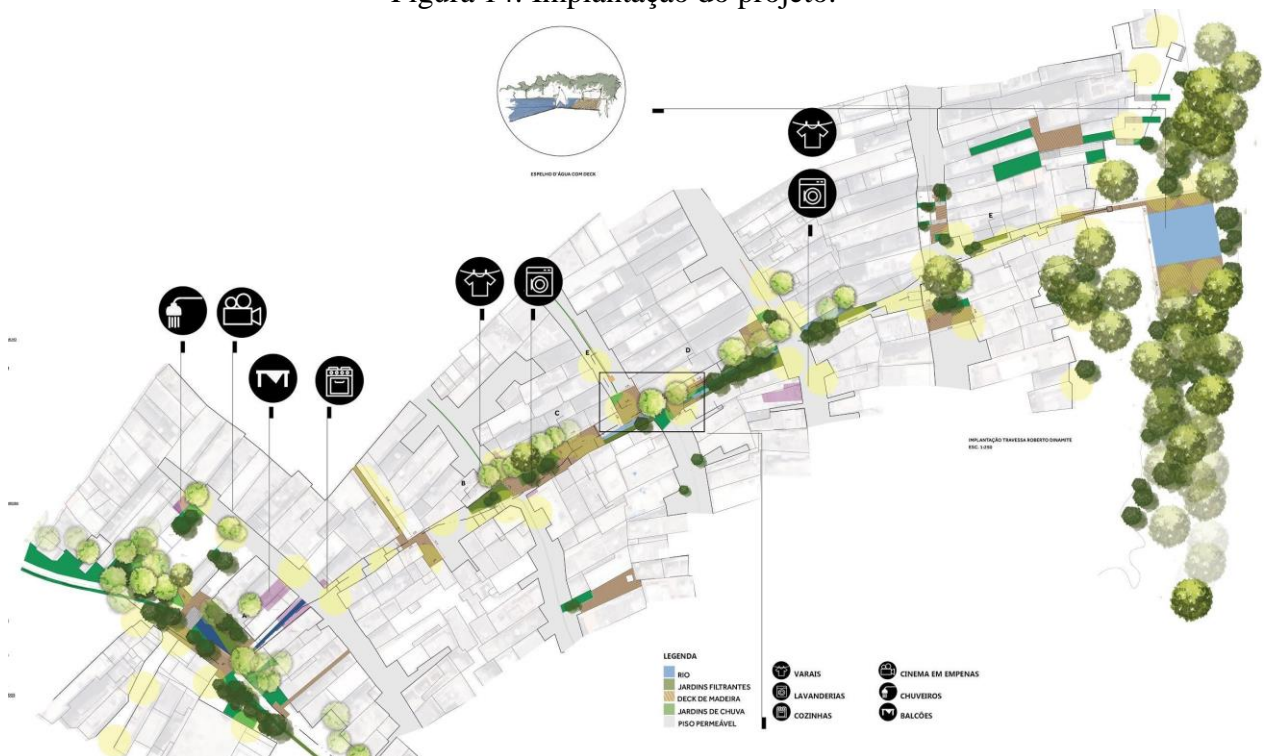
Fonte: TFG Vila Bela 2018.

A partir desta metodologia entre totalidade e lugar, o projeto repara, no sentido do olhar atento para os espaços de maneira não impositiva e redutora frente às ações dos lugares. O teor não programático do trabalho é desejado e importante, por procurar se inserir em um processo participativo, mesmo que incipiente, partindo da aproximação com lideranças políticas atuantes na Vila Bela desde seu início. A evidência da contraposição entre público e



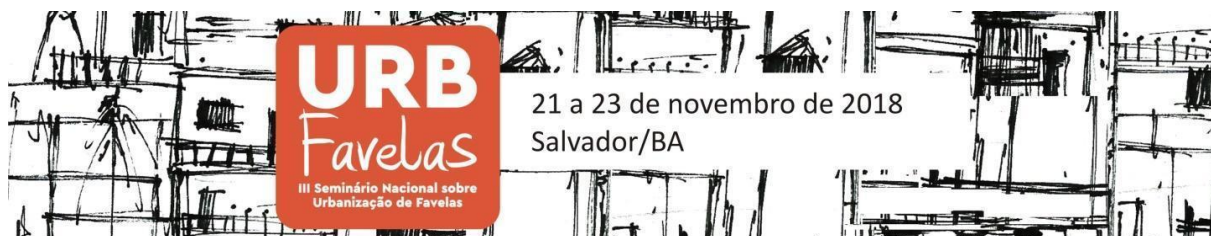
privado parte da premissa da Casa Pública, entendendo alguns programas domésticos como infraestruturas públicas: banheiros, chuveiros, cozinhas, lavanderias e varais coletivos. Pontuando-os ao longo do trajeto, o projeto reforça o caráter híbrido desses espaços por meio da implantação de tais infraestruturas em lajes e coberturas das habitações (Figura 14).

Figura 14: Implantação do projeto.

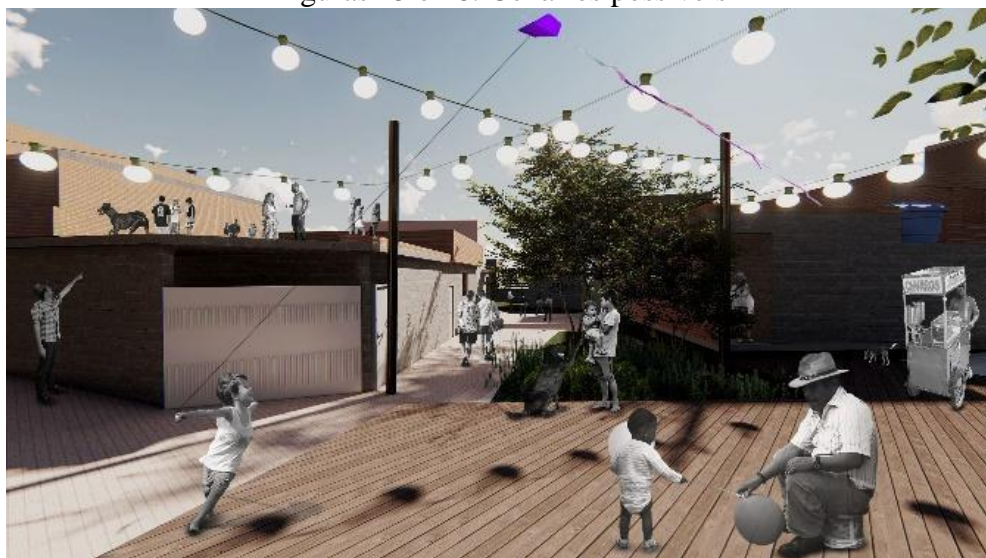


Fonte: TFG Vila Bela. 2018

A rua é elegida como culminância da interação social e da noção de público (Figuras 15 e 16), dentro de um contexto de relações híbridas. A rua passa a não ser só caminho, e não é apenas a casa, o abrigo. É preciso então reencontrar o sentido desses espaços, que são, em sua medida, lugares de coletividade e sociabilidade com interfaces ambientais, uma vez que a compreensão de abrigo e de público se expandem e se interconectam, ao mesmo tempo que a noção de casa também. Assim, a cidade se transforma em uma grande casa pública, de fato.



Figuras 15 e 16: Cenários possíveis



Fonte: TFG Vila Bela. 2018

Figuras 16: Cenários possíveis

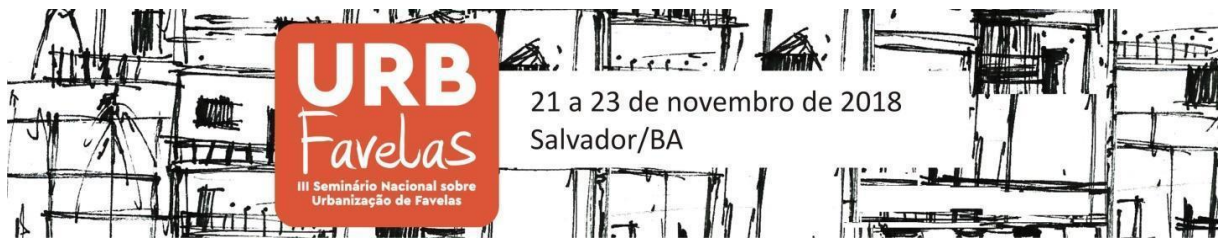


Fonte: TFG Vila Bela. 2018

## 8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pessoas e lugares: intentou-se a aproximação de um trabalho acadêmico ao mundo real.

Método e percepção empírica: exercitou-se o experimento de uma metodologia sensível onde presidem antes da teoria os fatos do cotidiano alimentando-a com a pressão da urgência e de solidariedades insuspeitas que, apesar de tudo resistem e realizam. O



conhecimento erudito se curva ao saber popular na busca de novos inícios para aquilo que não tem lugar.

Tudo que toca o ar poderia ser público – o chão, o teto, as fachadas – uma possibilidade de compartilhar onde parece haver tão pouco mas que, pela contradição da própria ausência do ter leva-se o estado do problema ao limite oposto, do pertencimento coletivo e da suspensão da propriedade como valor, fundando um ensaio de que o abrigo fundamental, a casa, possa ser toda a cidade. Os ambientes de tradição da casa burguesa, se não há, que sejam na própria rua, para todos.

Na linha tênue entre a utopia e o *topos*, entre o *locus* e o lugar nenhum, muita atenção para cada risco, muita tensão em saber, de antemão, que o desenho não tem poder algum, não pode ser ditame. Que tente ser, ao menos, extensão do pensamento coletivo, revelação do querer e do necessitar alheio, se conseguir, Tateando, nas quebradas e, se vingar, que se dissolva sua autoria, que é o que de fato não importa. Porque arquitetura é fato. Ato no mundo para outrem. O desenho some e ficam as coisas para as outras pessoas que, estas sim, desenham no seu ir e vir da existência os verdadeiros significados.

## REFERÊNCIAS

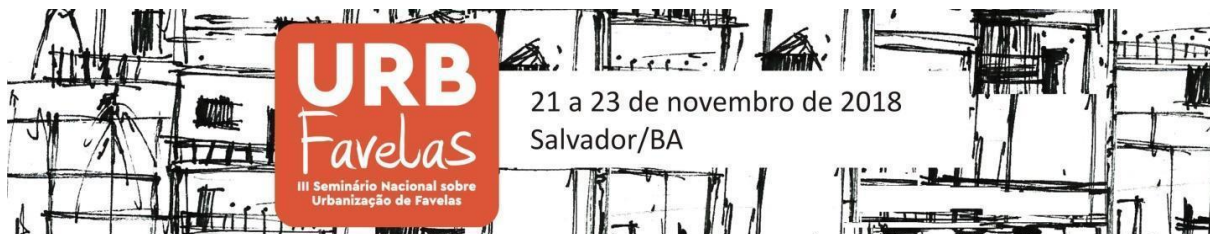
CAMARGO, Danilo Mangaba de; SILVA NETO, Manoel Lemes da. **Da cartografia do chão à cartografia da ação:** subsídios de técnica cartográfica para o desenho de estratégias de ação territorial em Campinas (Resumo expandido). In: XX Encontro de Iniciação Científica, 2015, Campinas. Resumos... Campinas: Pontifícia Universidade Católica de Campinas, 2015. 1 CD-ROM. (ISSN 1982-0178).

QUEIROGA, Eugenio Fernandes. **Espacialidades da Esfera Pública na Urbanização Contemporânea:** O Caso da Megalópole do Sudoeste. In MAGNÓLI, MARTINELLI, Miranda; TOMINAGA, Yasuko (org.). *Discutindo a Paisagem*. São Paulo: RiMa, 2006.

RIBEIRO, A. C. T. **Por uma sociologia do presente:** ação técnica e espaço. v. 4. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

ROLNIK, R.; FRÚGOLI JR., H. Reestruturação urbana da metrópole paulistana: a Zona Leste como território de rupturas e permanências. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, n. 6, p. 43-46, 2001.

SANTOS, M.A **natureza do espaço:** técnica e tempo; razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.



**Grupo Metrópole Fluvial.** Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo FAU USP. Disponível em: <<http://www.metropolefluvial.fau.usp.br/>>. Acesso em: 30 jun. 2018.